

## **Os passados sensíveis e o museu: reflexões sobre as rodas de conversas com ex-presos políticos no Memorial da Resistência (SP)**

### **Los pasados sensibles y el museo: reflexiones acerca de las charlas con ex presos políticos en el Memorial de la Resistencia (SP)**

Marcelo Henrique Leite <sup>1</sup>

#### **Resumen**

El Memorial de la Resistencia de São Paulo es un espacio museológico donde funcionó, desde el inicio del siglo XX, el Departamento de Orden Política y Social (DEOPS). Durante los regímenes de excepción, desde 1937 a 1945, y lo más reciente, desde 1964 a 1985, fue usado como prisión para opositores políticos de los respectivos gobiernos dictatoriales. Así, el espacio carcelero, deshabilitado en 1983, actualmente es un museo. La concepción del Memorial de la Resistencia es direccionada para reflexiones sobre los regímenes autoritarios y violaciones de los derechos humanos. Desde su abertura al público, en 2009, el Sector Educativo desarrolla las “Charlas con los ex presos políticos”, que es el contacto de estudiantes de nivel secundario con narrativas de las experiencias de sujetos que estuvieron encarcelados en DEOPS en la década de 70. Esa comunicación presentará un análisis de la actividad, discutiendo cuatro entrevistas hechas con algunos de estos ex presos políticos que son protagonistas activos de esas charlas: Maurice Politi, Anivaldo Padilha, Aton Fon Filho y Dulce Muniz. En líneas generales, la comunicación se rigió en reflejar sobre la importancia de los memoriales de violaciones de los derechos humanos por las dictaduras en la enseñanza de historia.

**Palabras clave:** Pasados sensibles; museo; Memorial de la Resistencia.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista CAPES. O currículo lattes está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2168087193098554>. - [marcelo.leite23@gmail.com](mailto:marcelo.leite23@gmail.com)

## **Os passados sensíveis e o museu: reflexões sobre as rodas de conversas com ex-presos políticos no Memorial da Resistência (SP)**

## **Los pasados sensibles y el museo: reflexiones acerca de las charlas con ex presos políticos en el Memorial de la Resistencia (SP)**

Nas pesquisas sobre memória, patrimônio e ensino de história tem sido possível identificar e mapear uma cultura história de passados sensíveis. As pesquisadas realizadas no âmbito do ensino de história e os museus sobre memórias difíceis possibilitam compreender essa dinâmica de olhar para o passado não de uma maneira gloriosa, mas sim pelo viés das vítimas das violências, genocídios e dos autoritarismos. Esse olhar para o passado se torna recorrente devido a noção de Direitos Humanos contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

Segundo o historiador brasileiro Manoel Salgado Guimarães<sup>2</sup>, a *cultura histórica* se refere à como sociedades significam o que passou, ou seja, como determinadas sociedades interpretam, transmitem e atribuem sentido as experiências humanas ocorridas no tempo. Essas visões – as culturas históricas - são compartilhadas entre diferentes sujeitos, situados em distintos espaços sociais como, por exemplo, trabalhadores do museu, professores, alunos e historiadores de ofício.

Para explorar a noção de cultura histórica, vê-se como importante também os trabalhos de duas historiadoras brasileiras: Angela de Castro Gomes<sup>3</sup> e Rebeca Gontijo<sup>4</sup>. Ambas reconhecem tanto na historiografia alemã como no trabalho do francês Jacques

---

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora: revista de história e geografia*, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995

<sup>3</sup> GOMES, Angela de Castro. Cultura histórica do Estado Novo. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p.121-141, 1998

<sup>4</sup> GONTIJO, Rebeca. Cultura Histórica. FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Maria (coord.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019

Le Goff o marco para uma definição da noção de cultura histórica. As historiadoras, não tratam esse conceito como algo estanque e rígido, mas reconhecendo que há outras formas de significar o passado nas sociedades que, por vezes, são concorrentes. Outras observações das autoras são importantes e recupero aqui: Gontijo adverte para a noção de cultura histórica ser colocada a prova quando surgem novas experiências a serem significadas pelas sociedades, ou seja, atitude essa dentro do conceito antropológico moderno de cultura, que é reconhecer a capacidade dos sujeitos em questionar os seus próprios sistemas e modificá-los; Angela, em outra via, apresenta a cultura histórica como sendo parte da dimensão estratégica de culturas políticas.

A cultura histórica de passados sensíveis permite uma inflexão na noção recorrente de passado dentro da historiografia. As duas obras de Michel de Certeau, *A escrita da História* e *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, contribuem para o entendimento de passados sensíveis. As aproximações com a Psicanálise dimensionam o trato dado ao passado no campo da História. A ciência histórica, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, partindo da premissa do progresso, buscou um corte, uma separação, entre passado e presente para que o passado fosse um tempo a ser superado. No entanto, os estudos da psicanálise contribuem na construção de olhares sobre temas estudados pela História do Tempo Presente que, na contramão de separar o passado, assumem o passado como presente.

Passados sensíveis, temas controversos, temas socialmente candentes e afins, têm sido temas que redimensionam essas noções clássicas de marcação entre passado e presente, estabelecidas pela disciplina histórica. São questões que borram essa fronteira, inclusive questionando-a. Os museus, exposições, outros lugares de memórias, monumentos, entre outros, tem sido os suportes para essa forma de olhar o passado em que se dirige ao passado e se volta ao presente com o incômodo dos não esclarecimentos, e da defesa pela memória, verdade e justiça.

## **Os museus em culturas históricas de passados sensíveis**

*Os traumas da tortura eram grandes. Eu sentia isso nos sonhos e nos pesadelos. A medida em que fui colocando pra fora falando, eu fui extraindo de mim aquilo de mal*

*havia lá dentro. Eu comecei a vencer os torturadores que continuavam a me torturar.*<sup>1</sup> Esse trecho é parte da entrevista com Anivaldo Padilha, 81 anos, sobre suas ações na luta por memória, verdade e justiça após a experiência como preso político durante a ditadura civil militar. Atualmente, Anivaldo é colaborar no projeto de rodas com alunos da educação básica organizada pelo Memorial da Resistência de São Paulo.

A proposta de sentar em roda para ouvir histórias de pessoas mais velhas faz parte da nossa essência enquanto sociedade, pois evoca um aspecto de nossa ancestralidade, quando livros e internet não são a fonte principal de informação e memória. As rodas de conversas com ex-presos políticos se aproximam dessa experiência intergeracional em que o ouvir o que esses *mais velhos* têm a dizer é o cerne da atividade. As rodas, como serão chamadas aqui, consistem em construir uma conversa entre sujeitos que experienciaram a perseguição política de um Estado ditatorial com estudantes nascidos e em formação em uma sociedade democrática.

Dito isso, esta comunicação busca apresentar caminhos explicativos sobre a emergência no campo dos museus do enfrentamento de eventos e períodos que violaram direitos humanos, tendo como foco de estudo o Memorial da Resistência, em São Paulo. Desde sua abertura ao público, em 2009, o museu conta com a atividade que dá título a este texto. Essa atividade não é exclusiva do Memorial e é possível identifica-la em outros museus. O *Museo Sitio de Memoria ESMA*, em Buenos Aires, também oferece o que eles chamam de *Encuentros virtuales con sobrevivientes de la ESMA*. Outro caso, é o do Museu Casa Anne Frank, em Amsterdã, que, por meio de institutos localizados em diferentes países, como o Brasil, desenvolve exposições em escolas e espaços públicos sobre o tema. Em 2017, pude, na abertura de uma exposição, como professor de uma turma de 9º ano de uma escola privada, levar alunos conversar com Nanete. Na ocasião, a sobrevivente do Holocausto, falou sobre sua experiência em campos de concentração e abriu para perguntas as crianças e jovens presentes. Foi dessa forma que tive contato com este tema que hoje pesquiso em meu doutorado e apresento nesta comunicação.

---

<sup>1</sup> PADILHA, Anivaldo. *Anivaldo Padilha: depoimento*. [ago.2021] Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite. 87 minutos. Arquivo Pessoal

**Fotografia 1** – Abertura da exposição da Casa Anne Frank, por Nanete, na cidade de Cabreuvá, São Paulo



Fonte: Disponível em: <https://www.ipbrasil.org/anne-frank.html>

**Fotografia 02** - Alunos de 9º ano com Nanete



Fonte: Acervo Pessoal

**Fotografia 3** – Alunas com Dulce Muniz, após roda de conversa, no Memorial da Resistência, em outubro de 2018



**Fonte:** Acervo Pessoal

**Fotografia 3** – Roda de conversa com Aton Fon Filho e Ana de Cerqueira César Corbisier, no Memorial da Resistência, em outubro de 2019



**Fonte:** Acervo Pessoal

**Fotografia 4** – Roda de conversa com Aton Fon Filho e Ana de Cerqueira César Corbisier, no Memorial da Resistência, no saguão da exposição “Canto Geral”, em outubro de 2019



**Fonte:** Acervo pessoal

Nesse caminho, é válido citar ainda que o *Memorial da Imigração Judaica*, em São Paulo, tem também, em suas possibilidades de atividade, conversas com sobreviventes de campos de concentração que migraram para o Brasil após 1945. Ou seja, é certo que museus de história ou memoriais, os quais tem em seus fatos museais algum tipo de tema relacionado a violações de direitos humanos, tragédias ou guerras constroem atividades que usem o testemunho como ação educativa. Esses exemplos nos sinalizam como os museus são criados - ou trazem para suas exposições - passados sensíveis.

A noção de passados sensíveis que permeia minhas pesquisas toma a explicação fisiológica de *sensível* como referência metafórica<sup>5</sup>. Vejamos. Um machucado na pele,

---

<sup>5</sup> Essa inspiração parte dos estudos psicanalíticos de Freud, pois, ao desenvolver seus estudos sobre o trauma, versa sobre o sentido fisiológico do trauma que, em grego, quer dizer ferida, fratura. Será a partir

geralmente ocorre por um estímulo violento, por exemplo, uma queimadura. Rapidamente os neurônios da pele emitem um sinal para o cérebro. Esse sinal é a dor, a qual significa que algo está errado, causando desconforto. O corpo começa o processo de restaurar o lugar machucado. Até o processo de cicatrização, essa região fica em estado de hipersensibilidade. Quando o corpo consegue reparar o dano, forma-se a cicatriz que, em linhas gerais, passa a significar duas coisas: aquela região foi interpelada por um estímulo violento e que ali não dói mais, mas um dia esteve hipersensível. Muitas das cicatrizes no corpo acabam sendo esquecidas no dia a dia, no entanto, quando as notamos certamente nos lembramos do porquê ela está ali.

Uma região sensível do corpo dispara sinais de dor em reação ao toque nos locais com as terminações nervosas hipersensíveis. Esse toque causa incômodo. Assim, entendo passados sensíveis como aqueles eventos que, quando abordados, disparam sinais de desconforto no tecido social. O desconforto se dá pela ideia de que o passado não está afastado no presente, ou seja, ele não é o que “passou” ele ainda “está”. Essa perspectiva de reflexão sobre tais eventos, tem interface com os estudos sobre passados presentes<sup>6</sup> e passados não encerrados<sup>7</sup>.

Dito isso, cabe levantar questionamentos acerca do momento em que passados sensíveis se tornam parte do fazer museológico como tema a ser enfrentado. Para tanto, cabe se voltar ao contexto em que se faz ser possível surgir essas rodas de conversas com ex-presos políticos. Ou seja, é possível compreender que há um contexto que incentiva, não só a criação de museus desses tipos, mas também o fomento a atividades como as rodas de conversa.

O Memorial é um espaço museal que não esconde as *gotas de sangue*. Mario Chagas, ao analisar os museus brasileiros, sobretudo no início do século XX, mostra que esses estiveram, em suas fundações, ancorados em um certo espírito comemorativo,

---

do fim da Primeira Guerra Mundial que os estudos desse gênero ganharam discussões a respeito de neurose de guerra, ou seja, de traumas adquiridos pela experiência dos campos de batalha, em especial, as trincheiras. Sobre esse assunto, ver em: BOHLEBER, Werner. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.41, n. 1, p.154-175, 2007

<sup>6</sup> HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória. Arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora. 2000.

<sup>7</sup> ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

pensado por e para as elites oligárquicas. Essas instituições buscavam a construção de memórias do poder, representando os interesses das oligarquias, sendo essa a razão pela qual as gotas de sangue eram silenciadas. Esse tipo de prática museológica está em sincronia com a cultura histórica<sup>8</sup> do período.

Para estes museus, a celebração ideológica é a pedra de toque. O culto à saudade, aos acervos valiosos e gloriosos é o fundamental. Eles tendem a se construir em espaços pouco democráticos onde prevalece o argumento da autoridade, onde o que importa é celebra o poder sobre os outros grupos. (CHAGAS, 2015; p.34)

A partir da segunda metade do século XX, vemos emergir movimentos para tombamentos de lugares, criações de museus e até mesmo memoriais virtuais que não escondem as “gotas de sangue”. Muito pelo contrário, é o sangue e a dor de grupos violentados, em grande parte pelo Estado, que tematizam e tratam esses lugares. Dessa forma, vejo que hoje há uma cultura histórica (GOMES, 1998; GUIMARAES,2005; GONTIJO,2019) pautada em reconhecer os passados sensíveis.

Essa forma de usos do passado pode ser identificada no início do século XX com os museus pela paz. O museólogo Marcelo Sousa de Sá apresenta três modelos: O Museu Internacional de Guerra e Paz, em 1902, na Suíça; o Palácio da Paz, de 1913, em Hiaia; e o Museu Anti-guerra, criado por Ernst Friedrich, em 1925, em Berlim. Ainda que com estratégias distintas, anunciavam uma narrativa com o objetivo de denunciar o horror dos conflitos. No entanto, essas iniciativas de denunciar horror de conflitos vão ganhar novos sentidos após 1945 e se deslocarão do eixo europeu para todas as outras partes do mundo.

Vejo que uma cultura histórica que abarque a denúncias das violações aos direitos humanos se estrutura em dois pontos: a criação da ONU e a noção de crime contra a humanidade. Em primeiro lugar é necessário compreender o mundo que após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) cria uma organização internacional: a ONU. A organização tem como carta de fundação a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Em linhas gerais, a carta assegura direitos femininos, discussões de respeito e igualdade

---

<sup>8</sup> Cultura histórica engloba como sociedades significam o pretérito, o que passou. Ou seja, joga-se luz em como determinadas sociedades interpretam, transmitem e atribuem sentido as experiências ocorridas no tempo. Essas visões são compartilhadas entre diferentes sujeitos, situados em distintos espaços sociais como, por exemplo, trabalhadores do museu e historiadores de ofício.

racial, sexualidade, liberdade religiosa, imigração, entre outros. A bandeira de tolerância e denúncia de violências embasam a declaração.

O discurso dos Direitos Humanos e o combate a intolerância deram força, por exemplo, aos movimentos pelos direitos civis da população negra contra *apartheids* como nos Estados Unidos, nos anos de 1960, e na África do Sul, nos anos de 1990. Cabe ainda ressaltar que nesse contexto também houve as ações de descolonizações nos continentes africano e asiático, colocando em xeque as dominações das nações europeias. Esse cenário auxiliar na compreensão do porquê a dor ganha espaço em determinadas culturas históricas: O discurso de combater injustiças e violências a grupos étnicos, raciais, sociais.<sup>9</sup>

O livro *A invenção dos direitos humanos*, de Lyn Hunt é importante para pensar sobre a ideia de “crimes contra a humanidade”.

As fotografias tiradas na libertação dos campos de extermínio nazistas mostravam as consequências estarrecedoras do antissemitismo, que tinha sido justificado pelo discurso da supremacia racial ariana e da purificação nacional. Os julgamentos de Nuremberg de 1945-6 não só chamaram a atenção do grande público para essas atrocidades, mas também estabeleceram o precedente de que os governantes, os funcionários e o pessoal militar podiam ser punidos por crimes "contra a humanidade".<sup>10</sup>

As fotografias só existem porque houve um lugar para uma atrocidade ocorrer. Assim, o que se pode entender é o papel dessas discussões sobre humanidade, a partir de formulada a noção de Direitos Humanos. Esse é o segundo ponto. Lyn discute que essa

---

<sup>9</sup> O caso dos Direitos Humanos também é fundamental nos anos de 1980 para ações de ONGs (Organizações Não Governamentais). ONGS como Anistia Internacional (fundada em 1961), Anti-Slavery International (uma continuação da Sociedade Antiescravidão), Human Rights Watch (fundada em 1978) e Médicos sem Fronteiras (fundada em 1971). Esses exemplos dados por Lyn nos ajuda a compreender melhor como o discurso dos direitos humanos vai ganhando espaços a partir de sua formulação.

<sup>10</sup> HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, P.203.

ideia de crime contra a humanidade só foi possível justamente por se entender que há uma humanidade, ou seja, uma ideia universal de sermos todos iguais. Ora, se somos todos iguais, e compomos uma humanidade, não se justifica qualquer atrocidade, ou privação de direitos, a grupos. Keila Grinberg ao tratar da escravidão como um passado sensível tem um exemplo elucidante sobre o tema: “Em 2001, o tráfico atlântico de africanos escravizados para as Américas foi classificado pela Organização das Nações Unidas como um crime contra a humanidade. A Conferência de Durban, realizada no mesmo ano, foi central na definição do conceito de reparação aplicado ao passado escravista.”<sup>11</sup> Deborah Neves também tem exemplos nesse sentido. Ela cita o caso de, a partir de 2012, os países do Mercosul assinarem o “Princípios Fundamentais para as Políticas Públicas sobre Sítios de Memória”, que objetiva o tratamento aos lugares que se referem as violações aos direitos humanos na América do Sul durante os regimes militares.

Assim, um outro ponto importante é não ver a carta de 1948 como um apogeu dos direitos, mas sim como um início de um processo que vai ganhando força, por exemplo, em instituições governamentais como ministérios, e até mesmo a base para políticas educacionais<sup>12</sup>. Talvez esse ponto seja fundamental para entender como vai de desenhando uma cultura histórica que possibilita, por exemplo, a patrimonialização de lugares que atestam violações aos Direitos Humanos.

Os lugares de passados sensíveis não atestam apenas a morte, mas sobretudo as violações de direitos que, em 1948, reconheceu que todos os humanos os possuem. É nesse sentido que seja um ponto chave, pois há um movimento de humanizar as vítimas, ou seja, de afirmar que ali haviam pessoas que tinham família, sexualidade, etnia, trabalho, liberdade, domicílio, nacionalidade, língua, religião, opiniões sobre o mundo, visões políticas, e até mesmo sonhos, planos, desejos. Ora, essas características nos

---

<sup>11</sup> GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças Históricas. Hist. Historiogr. v. 12, n. 31, set.-dez., ano 2019, p.153.

<sup>12</sup> Vejamos o que Sefner e Pereira dizem sobre esse assunto: Fruto mais visível para o campo escolar desse percurso das políticas públicas em direitos humanos foram dois atos do Executivo federal fazendo cumprir disposições da legislação: a promulgação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2006) e das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2013). Mas há uma extensa legislação nos níveis estadual e municipal que indica essa obrigatoriedade. Em particular, os estados constituíram Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos (CEEDH) a partir da instalação dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos. Essa estrutura alcança todas as unidades da Federação. (2018; p.17)

constituem como indivíduos e são atestadas na Declaração de 1948. Portanto, não seria apenas sobre a morte e ao luto, mas também sobre vida e a luta.

## O museu e o testemunho

Nem todo lugar sensível virou ou possui um museu<sup>13</sup>. Portanto, a preservação desses lugares não requer necessariamente a criação de um projeto museológico. No caso do Memorial da Resistência ele é um projeto museológico em um lugar que serviu a repressão durante regimes autoritários e não autoritários também<sup>14</sup>. O tombamento do prédio do Deops/SP ocorreu, em 1999, não se fundamentando no direito à memória e à verdade, apesar de ter sido solicitado, originalmente, em 1985 pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, representado pelo ex-presos político Alípio Freire. Em 2007, com a ação do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo,<sup>15</sup> juntamente com a atuação da Pinacoteca, durante a gestão de Marcelo Mattos Araújo, formou-se um grupo de trabalho para que houvesse um projeto museológico consistente que contemplasse o histórico do DEOPS/SP e o histórico da ocupação do prédio, assim como a história da repressão e da resistência. Esse é um aspecto importante sobre esses tipos de lugares: a participação dos sobreviventes e familiares na construção do sentido que se dará ao espaço.

Em 2009 é aberto ao público o novo projeto do espaço: o Memorial da Resistência. O museu foi criado em um contexto marcado, por um lado por

---

<sup>13</sup> Sobre esse assunto cabe destacar o Memorial dos Desaparecidos de Vila Formosa, também localizado em São Paulo, no cemitério da Vila Formosa. A ação memorial está edificada em um formato de uma placa a fim de lembrar que ali foi uma vala comum para o enterro de perseguidos políticos como indigentes. O memorial é fruto de uma articulação de familiares que ainda não possuem os corpos de seus entes, assim como os esclarecimentos da Comissão Nacional da Verdades (2011-2014). **Ver mais em:** TELES, Janaína. Luto e Memória da ditadura: O Memorial dos Desaparecidos de Vila Formosa, em São Paulo. *REVISTA M.* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 65-93, jan./jun. 2017

<sup>14</sup> A construção do prédio monumental onde se localiza o MR foi realizada entre 1906 e 1914, onde, após finalizada as obras, foi escritório da Estrada Sorocabana até 1938. A partir de 1940, o prédio foi a sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) até o ano de 1983.

<sup>15</sup> Sobre o Fórum, ver mais em: <https://forumexpresospoliticosp.wordpress.com/o-que-e-o-forum/>

negacionismos<sup>16</sup> em relação a história da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), por outras ações que buscam esclarecer os acontecimentos do período<sup>17</sup> como o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). Muito diferente do motivo de tombamento do prédio, ligado a questão estética e arquitetônica, o plano museológico se alinha com as violações aos Direitos Humanos.

Em suma, as marcas de sangue e de violência do espaço prisional do DEOPS são tomadas como objeto para as narrativas e ações do MRSP, a fim de endossar um discurso do Nunca Mais. Os direitos humanos são essenciais nesse ponto. Usa-se então uma representificação do passado não como glória, mas sim como cicatriz. Ou seja, uma marca permanente de uma ferida. Quando olhamos para uma cicatriz, lembramos do tombo, da cirurgia, ou de qualquer forma de machucado em nosso corpo. O MRSP tem essa função: discutir como regimes autoritários violaram naturais, iguais e universais. Uma estratégia usada são as rodas de conversa com ex-presos políticos.

Em razão da pesquisa de doutorado, até o momento foram entrevistados dois ex-presos políticos e uma ex-presa política que participam, desde 2009, dessas rodas com estudantes. São eles: Maurice Politi, 72 anos, Anivaldo Padilha, 81 anos, e Dulce Muniz, 74 anos. As entrevistas estão no processo de análise sistemáticas. No entanto, algumas considerações são possíveis de serem apresentadas.

Para este tópico, os estudos de Elizabet Jelin são referências importantes, sobretudo seu livro *Trabajos de la memoria*<sup>18</sup>. Mobilizando trabalhos reconhecimentos nos estudos de memória como de Andreas Huysen, Paul Ricoeur, Koseleck e Maurice Halbwachs, a autora possibilita caminhos com suas abordagens para a reflexão sobre as memórias da repressão no Cone Sul da América. As considerações sobre as entrevistas apresentadas neste texto são, em grande parte, referenciadas em Jelin.

A primeira delas é o quanto, embora haja três experiências distintas, há o reconhecimento entre os entrevistados que o sistema de repressão pode ter um fim

---

<sup>16</sup> Sobre episódios de negacionismo, ver um acontecimento recente: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mourao-diz-que-coronel-ustra-respeitava-os-direitos-humanos-de-seus-subordinados,70003469887> Acessado em 20/10/2020.

<sup>17</sup> Sobre esclarecimentos, ver um acontecimento recente: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-24/volkswagen-assina-acordo-milionario-de-reparacao-por-colaborar-com-ditadura-e-abre-precedente-historico.html> . Acessado em 20/10/ 2020.

<sup>18</sup> JELIN, Elizabeth. *Trabajos de la memoria*. Madri: SIGLO XXI DE ESPAÑA EDITORES, S. A., 2001.

juridicamente, mas para as vítimas ele persiste nas lembranças. Ou seja, a violência que não é somente física perdura ainda que as feridas biológicas tenham se curado. Esse tema, por exemplo, é abordado pelos três quando estruturam seus testemunhos para compartilhar com estudantes. Dessa forma, como afirma Jelin, as entrevistas podem ser enquadradas no entendimento de memórias traumáticas. Entende-se assim pelo fato de nas três experiências haver silêncios, rastros de dor e, muitas vezes, a impossibilidade de narrar eventos que se referem ao ambiente do encarceramento, interrogatórios e torturas.

A psicanalista Heloisa Caldas, em uma comunicação a respeito da psicanálise e trauma, traz um ponto fundamental sobre o assunto que aqui se trata: a relação entre o falar e o trauma.

Freud demonstra o quanto falar é relevante para conter o desamparo e o horror radical vivido no trauma. Mas é preciso tomar a fala, justamente, pelos furos, e não pela clareza de comunicação. Seu aparelho de linguagem não trata da comunicação, nem tampouco da eliminação do trauma. Ao contrário, ele parte do pressuposto do impossível de dizer o real. (CALDAS, 2007; p. 5)

A intersecção com os estudos da psicanálise pode ser importante, pois na ciência histórica sabemos que o passado não é possível de ser revivido como tal. Assim, o espaço criado para que ex-presos políticos dialoguem sobre suas experiências com estudantes se aproxima mais do testemunho como possibilidade de comunicação do que algo no campo jurídico. Esse último tem como premissa o testemunho para chegar mais próximo do real possível para haver punições e reconstituições. Não é esse o caso das atividades oferecidas pelo museu.

Caminhando no sentido do testemunho enquanto comunicação, chamo atenção para um aspecto fundamental: a condição para que uma experiência traumática seja partilhada coletivamente. Quem dá luz a esse caminho é Werner Bohleber. Para ele, *enquanto existirem tendências defensivas sociais ou obrigatoriedade de guardar silêncio, os sobreviventes do trauma permanecerão a sós com suas experiências* (BOHLEBER, 2007; p.169). Esse aspecto é importante por se tratar de experiências que envolvam regimes ditatórias em que seja necessário a democracia estar em plena retomada. Nesse caso, destaco principalmente ações do Estado para sustentar a democracia e criar um

ambiente, no mínimo, acolhedor a sujeitos outrora perseguidos, sequestrados, torturados. Comissões de esclarecimento de crimes cometidos, indenizações a familiares e sobreviventes, políticas de memória, são exemplos que considero sinais de se viver em contextos democráticos em favor da repulsa ao autoritarismo.

Uma segunda consideração é a respeito de os três entrevistados convergirem sobre ser importante eles dialogarem sobre essa experiência. Compartilhar essa experiência, para eles, seria construir uma forma de olhar o período de maneira afetiva, pois é poder partilhar os efeitos na vida de pessoas e familiares. Assim, pode-se interpretar as ações de Maurice, Dulce e Anivaldo como *empreendedores da memória* (JELIN, 2001).

Essa categoria se refere a sujeitos, em especial sobreviventes, que buscam, no caso das rodas de conversas e outras ações sociais, a mudança de sentidos históricos de glória para a ditadura militar brasileira, trazer ao público relatos das prisões por razões políticas, a articulação para reparação materiais, articulação e criação de grupos de vítimas. Maurice Politi e Anivaldo Padilha, por exemplo, são fundadores do Núcleo de Memória. Em suas entrevistas contam que as reparações financeiras que receberam no início deste século permitiram que fundassem um espaço que, em sua essência, luta pela preservação da memória. Por outro lado, Dulce Muniz, atriz, gerencia um teatro que leva o nome de sua professora de teatro, Heleni Guariba, militante da ALN (Aliança Libertadora Nacional) e desaparecida política.

As atividades da roda de conversa, além de estarem dentro das ações de empreendimentos de memória, também buscam a memória exemplar: uso da memória para apresentar algo no presente. Maurice Politi vê essa atividade como fundamental como elemento de luta contra negacionismo que, segundo ele, ganhou força a partir de 2018. Nesse sentido, Politi diz que muitos professores o dizem que é indo ao Memorial para as rodas que é uma estratégia pedagógica para possibilitar que alunos reflitam sobre as visões familiares que glorificam o período ditatorial.

Dulce Muniz vê nas rodas as possibilidades conversar com os estudantes aliando sua experiência com um passado brasileiro marcado por violência e exclusão. Ela cita, por exemplo, o início da colonização e o genocídio indígena, assim como a persistente escravidão de africanos. Dessa forma, sua narrativa está voltada para a valorização da vida de todos, sendo necessário denunciar qualquer ação que hierarquize vidas, trabalhos ou importância social dos seres humanos.

Anivaldo Padilha traz em sua entrevista a questão de ser o tema do cotidiano e das questões da vida privada um ponto que mais recebe perguntas dos estudantes. Por esse motivo, essa tem sido sua preocupação ao narrar sobre sua experiência, um exemplo é discutir sobre o que foi viver na clandestinidade. Para Anivaldo essas curiosidades dos estudantes podem vir a parecer não ter importância política, mas ele vê como importante justamente por contribuir para os estudantes compreenderem melhor o momento vivido.

As entrevistas com Maurice, Dulce e Anivaldo indicam para uma preocupação largamente discutida por Theodor W. Adorno no livro *Educação e Emancipação*. O livro reúne textos de Adorno sobre a temática da importância educação em democracias, a fim de não repetir Auschwitz. A preocupação cita refere-se a jogar luz ao coletivo, ou seja, não compreender fenômenos como o nazismo a partir de narrativas individuais, pois, segundo Adorno, o nazismo não desapareceu com a morte de Hitler. Compreender que o coletivo que apoiou, e sobretudo colocou o nazismo no poder, não criaria uma rápida repulsa com o fim do governo nazista, em 1945. Isso quer dizer que é fundamental o olhar para os contextos e a força da coletiva que permitem a criação de algo como o nazismo. Os entrevistados, frequentemente, ressaltam a importância de se olhar para as estruturas e os sistemas de apoios que a ditadura militar montou entre 1964 e 1985.

Outro aspecto interseccional entre as entrevistas e as reflexões de Adorno é o perigo de incorrer na ideia de heróis. Adorno cita um exemplo de uma senhora que após assistir a uma dramatização da peça de Anne Frank declara que poderiam tê-la poupado. Longe de defender o fim de atividades como essa, Adorno sinaliza para a leitura da senhora, que também é de uma grande maioria: não olhar para o coletivo e sim pela individualização. Ou seja, o contexto todo foi esquecido em prol da biografia de Anne Frank. Os entrevistados, em especial Anivaldo Padilha, também citam a importância de olhar para a história deles dentro de um coletivo, não pautado em experiências individuais.

## **Considerações Finais**

Além da dor e a violência, os exemplos de lugares presentes no texto atestam diferentes formas de como o Estado, em tempos pretéritos, lidou com o *diferente*. Aschitiwz atesta um Estado Nazista; o Cais do Valongo, a faceta do Estado Moderno que convivia com a maturidade do capitalismo e comércio de africanos; O Memorial da

Resistência, revela a formação de um estado autoritário militar construído com a participação de grupos econômicos e outros setores da sociedade civil.

A proposta aqui foi explorar o universo dos lugares de passados sensíveis, através da atividade intergeracional em que o testemunho é o protagonista. A possibilidade de estudantes terem contato com o testemunho de pessoas afetadas de maneira violenta por regimes ditatórias é um momento único. Ainda que hoje hajam possibilidades de reprodutibilidade dos testemunhos por meios de comunicação, as rodas de conversas se localizam em uma experiência ímpar. Ou seja, as pessoas que protagonizam essas rodas virão a não estar mais em vida. Essa troca deixará de existir. Assim, ainda que estudantes possam ouvir narrativas desses sujeitos, esses não poderão dialogar, questionar.

Para finalizar, vê-se como importante e urgente que essas experiências de trocas intergeracionais possam ser pesquisadas e discutidas. A luta pela verdade, memória e justiça ganha mais força quando identificamos ações dialógicas no campo do ensino e do patrimônio. É na troca e no diálogo que se fortalece a democracia. Os tempos são difíceis, mas como diz Dulce Muniz *o medo não pode nos paralisar*.

## Entrevistas

PADILHA, Anivaldo. *Anivaldo Padilha: depoimento*. [ago.2021] Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite. 87 minutos. Arquivo Pessoal.

POLITI, Maurice. *Maurice Politi: depoimento*. [ago.2021] Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite. 92 minutos. Arquivo Pessoal.

MUNIZ, Dulce. *Dulce Muniz: depoimento*. [ago.2021] Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite. 102 minutos. Arquivo Pessoal.

## Referencias bibliográficas

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BLOC, Marc. *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOHLEBER, Werner. *Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise*. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.41, n. 1, p.154-175, 2007

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Plano Museológico: Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA, 2010.

CALDAS, Heloisa. *Trauma e linguagem: acorda*. *XXIII Jornadas Clínicas da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro*, em outubro de 2014, ano 6, n.16, p.1-14.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu*. Chapecó: Argos, 2015

GOMES, Angela de Castro. *Cultura histórica do Estado Novo*. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p.121-141, 1998.

GONTIJO, Rebeca. *Cultura Histórica*. FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Maria (coord.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

GRINBERG, Keila. *O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças Históricas*. *Hist. Historiogr.* v. 12, n. 31, set.-dez., ano 2019, p. 145-176P

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- 
- \_\_\_\_\_. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora: revista de história e geografia*, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória. Arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora. 2000.
- JELIN, Elizabeth. *Trabajos de la memoria*. Madri: SIGLO XXI DE ESPAÑA EDITORES, S. A., 2001.
- LIMA, Mônica. História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos*, vol. 15, n. 26, 2018.
- Memorial da Resistência de São Paulo (org.). *Memorial da Resistência, 10 anos: presente!* São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.
- MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). In MENEGUELLO, Cristina & CARVALHO, Aline (orgs.). *Dicionário Temático do Patrimônio*. Debates contemporâneos. Campinas: Ed.Unicamp, 2020
- ROLLEMBERG, Denise. *Resistência: Memória da ocupação nazista na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- SILVA-SELIGMANN, Márcio. Antimonumento: a memória possível após as catástrofes. IN PRADO, Inês; CUREAU, Sandra (org.). *Bens culturais e direitos humanos*. São Paulo: Editora Sec, 2015, p.243-258.

\_\_\_\_\_. O testemunho: entre a ficção e o “real”. IN SILVA-SELIGMANN, Márcio. (Org.) *História, memória e literatura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p.371-387.

SOARES, Bruno Brulon. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-30.

SODARO, Amy. Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207 - 231, set./dez. 2019.

THEODOR, Adorno W. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 2021.